

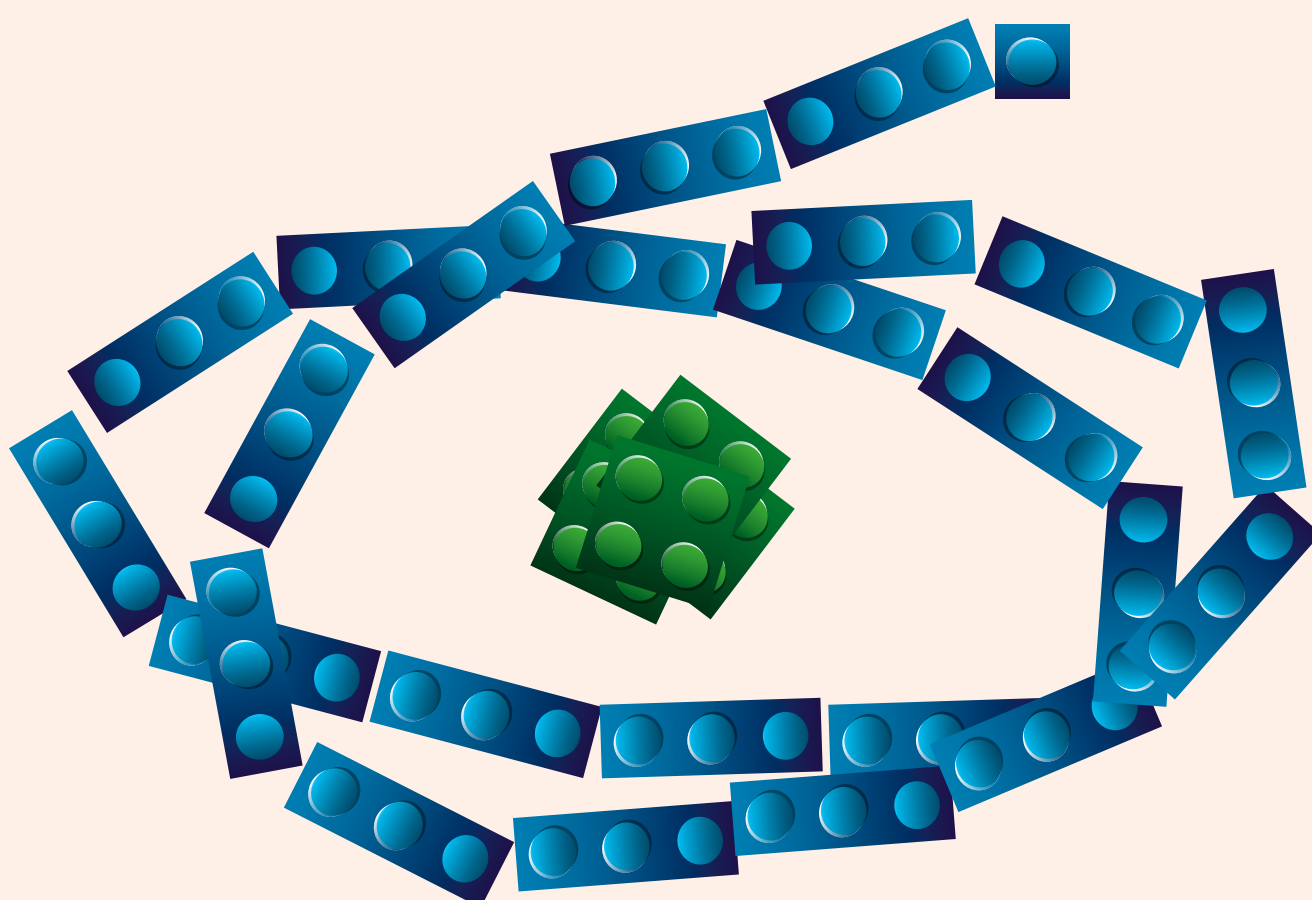


OBSERVATÓRIO DO CONHECIMENTO PLANEJA AÇÕES DE 2022

Página 2

Consuni aprova abertura de negociações com Ebserh

Páginas 4 e 5



CAPES

GOVERNO **TENTA** DESMONTAR **CAPES**,
MAS **PROFESSORES** RESISTEM

Página 3

EDITORIAL

CAR@ COLEGA,

DIRETORIA

Precisamos conversar. As cenas do último Conselho Universitário colocaram uma cunha entre nós. Até aqui reconhecíamos nossas diferenças com a oposição, mas achávamos que a disputa ocorria nos limites da lealdade política. Na manhã de quinta-feira,

esses limites foram rompidos. A sessão virtual do Consuni foi hackeada e os nomes dos conselheiros foram duplicados. A ideia do golpe era lotar a sala e implodir a sessão agendada para debater a abertura de negociação da Ebserh. Os golpistas foram bem-sucedidos por alguns minutos e muito mal vistos nas horas seguintes.

Somos professores, defendemos a escuta e acreditamos que métodos caminham enraizados aos conteúdos. Nosso método é outro. No debate da Ebserh — e em todos os outros — somos defensores incansáveis da pluralidade, da multiplicidade de visões e do diálogo respeitoso. Diálogo respeitoso não é um oba-oba, uma Torre de Babel em que todos falam e ninguém se entende. Acreditamos, de fato, na força transformadora da prática dialógica. A prática de nossos antagonistas, no entanto, é muito barulhenta, muito agressiva, mas pouco eficaz e terrivelmente nociva porque implode pontes entre os diferentes.

Car@ colega, aqui queremos deixar claro sem meias-palavras. Não seremos reféns do sectarismo de nossa oposição. Não seremos reféns do medo, das palavras de baixo calão nem de *fake news*. Não seremos reféns sequer do ódio. Aliás, o ódio é a tática useira e vezeira da direita e, infelizmente, também, com raras e louvas exceções, de nossos antagonistas na universidade.

Seguiremos nossa jornada na diretoria da AdUFRJ prezando valores antigos, mas alvissareiros de tempos melhores: a educação, o respeito, a pluralidade. Vale para tudo, desde Ebserh à polifonia de nossas reportagens, dos debates sobre calendário acadêmico às produtivas articulações realizadas pelo Observatório do Conhecimento. Aliás, a boa notícia da semana vem dele, do Observatório. Passamos parte da semana em Brasília, preparando o calendário de atividades para 2022 dessa fértil e potente rede nacional de associações docentes e sindicatos. Na capital, visitamos parlamentares. Não escolhemos os gabinetes por nossas preferências partidárias, mas sim pelo potencial de cada um em acolher e amplificar a defesa da Ciência e da universidade pública, gratuita e de qualidade. Essa sim, a nossa luta, a nossa utopia, aquela que deveria nos unir.

OBSERVATÓRIO DO CONHECIMENTO PLANEJA AÇÕES PARA 2022

EDUARDO VALDOSKI

Assessor da AdUFRJ e secretário-executivo do Observatório do Conhecimento

Após quase dois anos de encontros exclusivamente virtuais, os representantes do Observatório do Conhecimento fizeram uma importante reunião de planejamento em Brasília, na terça-feira, 30. O evento terminou com visitas ao Congresso Nacional, onde os professores se reuniram com parlamentares. O Observatório é uma rede nacional de sindicatos e associação docentes. A AdUFRJ ocupa a secretaria-executiva.

Nas conversas no Congresso, os docentes do Observatório fizeram uma intensa bateria de conversas com os parlamentares. A primeira delas, com o deputado Professor Israel Batista (PV/DF), presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público. O deputado sinalizou que a PEC 32, da reforma administrativa, não deverá ser votada neste ano nem no próximo. Os encontros no Parlamento foram intensos — e diversos, como é característica histórica do Observatório.

Os docentes levaram suas preocupações para parlamentares de amplo espectro político. Fizeram reuniões com os deputados Bira do Pindaré (PSB/MA), Rosa Neide (PT/RO), Sâmia Bomfim (PSOL/SP), Paulo Teixeira (PT/SP), Gastão Vieira (PROS/MA), Rogério Carvalho (PT/MG), General Peternelli (PSL/SP), Luísa Canziani (PTB/PR) e com o senador Marcelo Castro (MDB/PI).

ORÇAMENTO

O encontro de Brasília começou com um debate com reitora da UnB e vice-presidente da Andifes, Márcia Abrahão Moura. A professora expôs os desafios que as universidades públicas terão no próximo ano e relatou as negociações com a Comissão Mista de Orçamento para recompor os recursos orçamentários das instituições federais de ensino.

A expectativa é que a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2022 destine para as universidades valores próximos aos níveis de 2019, após



EM SENTIDO HORÁRIO, registros dos encontros de representantes do Observatório com os deputados Bira do Pindaré (PSB/MA), Rosa Neide (PT/RO), Professor Israel Batista (PV/DF) e o senador Marcelo Castro (MDB/PI)

seis anos consecutivos de cortes. O acompanhamento do orçamento das universidades e a denúncia dos cortes são elementos constitutivos do Observatório do Conhecimento.

Para dar mais visibilidade ao tema orçamentário, o Observatório passará a publicar o Índice do Orçamento do Conhecimento. A proposta é divulgar uma análise dos recursos destinados às universidades, institutos federais, centros de pesquisa e agências de fomento realizando uma comparação com os anos anteriores e indicando o volume de recursos perdidos desde o início dos cortes.

PLANEJAMENTO PARA 2022

A reunião de Brasília detalhou as prioridades do Observatório em 2022. Logo no início do ano, serão retomados os diálogos com os parlamentares para reativar a Frente Parlamentar em Defesa e pela Valorização das Universidades Federais. Também será priorizada a convocação de audiência pública com a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; Direitos Humanos e Minorias; e Cultura. O objetivo da audiência será apresentar a pesquisa sobre a Liberdade Acadêmica, realizada em 2021 pelo Observatório em parceria com a SBPC e o LAUT (Centro de Análise da Liberdade e do Autoritarismo, da USP).

A pesquisa reúne imenso volume de dados e já pode ser considerada o maior estudo sobre o tema no país. O questionário está aberto até 15 de dezembro de 2021.

Em 8 de março, dia Internacional

da Mulher, o Observatório lançará a websérie “Mulheres fazem ciência”, que destacará a presença científica feminina.

O mês de abril será marcado pelo lançamento do relatório da pesquisa sobre liberdade acadêmica. Serão produzidos outros materiais como uma série em *podcast*, *papers* para revistas científicas, artigos para a imprensa, audiência pública no Congresso Nacional, apresentação dos resultados para grupos estratégicos, além da elaboração de peças legislativas que protejam a liberdade de cátedra.

Em maio, como forma de manter vivo o espírito das grandes mobilizações do #15M, de maio de 2019, e como forma de divulgar a produção das universidades, o Observatório realizará os eventos “Conhecimento na Praça”, com a exposição pública de trabalhos realizados nos laboratórios e salas de aula. Também no primeiro semestre de 2022, com a previsão legal de revisão da lei de cotas no próximo ano, o “Pequeno Guia em Defesa das Cotas Sociais e Raciais”, publicado pelo Observatório em 2019, será atualizado e ampliado para servir de insumo ao debate. No âmbito do Congresso Nacional, em parceria com entidades do movimento negro, o Observatório estimulará a criação de uma frente parlamentar em defesa das cotas. Outro trabalho que vem sendo realizado e continuará em 2022 é o acompanhamento das nomeações de reitores com a publicação do “Mapa das Intervenções”.

bem articulados com a sociedade”, explica o presidente da AdUFRJ, professor João Torres. O sindicato doou ao MTST, até o momento, o valor total de R\$ 13,9 mil, sendo R\$ 7 mil para a reforma do novo espaço. O público-alvo da nova cozinha serão os trabalhadores informais do Centro, que não possuem tempo ou espaço para se alimentarem em condições dignas, e receberão as quantinhas nas regiões da Lapa, Uruguaiana e Carioca. Não por acaso, o Movimento Único dos Camelôs (MUCA) também é um dos parceiros deste projeto. “Uma das motivações é atender essa demanda, ajudar as pessoas que ficam trabalhando o dia inteiro na rua, o que é bem complicado”, completa João Torres. Desde 2020, a cozinha solidária é a maior frente de trabalho do MTST, que agora conta com 22 espaços espalhados pelo Brasil. “A

partir da organização popular, realizamos o combate à fome num cenário gravíssimo, de 19 milhões de pessoas no Brasil passando necessidade, em situação de insegurança alimentar grave ou moderada”, explica Danilo Pereira, da coordenação nacional do movimento. “É interessante destacar que membros da comunidade da UFRJ também colaboraram nos mutirões de limpeza e reforma do local”, lembra Ana Lúcia Fernandes, diretora da AdUFRJ e docente da Faculdade de Educação, que esteve presente à inauguração do espaço na sexta, ao lado da ex-presidente da AdUFRJ, Tatiana Roque e de Guilherme Boulos. É possível colaborar financeiramente com o projeto pela plataforma www.cozinhasolidaria.com. (Liz Mota Almeida)



ADUFRJ APOIA COZINHA SOLIDÁRIA NO CENTRO DO RIO DE JANEIRO

A solidariedade ganhou um novo endereço, no Centro do Rio. Na sexta (26), foi inaugurada mais uma cozinha solidária do Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST), na Avenida Mem de Sá, 25. A AdUFRJ apoiou o projeto junto com outras entidades. Nas primeiras semanas, o espaço vai funcionar às quartas, quintas e sextas-feiras, distribuindo 100 quantinhas por dia. Aos poucos, a ideia é entender a operação para os demais dias úteis. “Apoiamos movimentos sociais, num leque muito amplo e progressista, que nós identificamos como politicamente

Avaliação da Capes é retomada após pressão de pesquisadores

> Decisão judicial ocorre após renúncia coletiva das comissões de Física, Química e Matemática. Pedido de demissão expôs insatisfação da comunidade acadêmica com a presidência da agência de fomento



BEATRIZ COUTINHO E KELVIN MELO
comunica@adufrj.org.br

Reviravolta na Avaliação Quadrienal da Capes. O juiz Antonio Henrique Correa, da 32ª Vara Federal, autorizou a retomada dos procedimentos de análise de todos os programas de pós-graduação do país, no último dia 2. A decisão ocorre após a renúncia coletiva dos 80 avaliadores de três grandes áreas do conhecimento, nas últimas duas semanas, em sinal de protesto contra a presidência da agência de fomento.

A avaliação estava suspensa por uma liminar de setembro, para apuração de supostas irregularidades nos critérios de ranqueamento entre os programas, atendendo a uma ação do Ministério Público Federal. “A suspensão pura e simples do processo de avaliação (...), como foi determinada pela liminar (...), não atende aos objetivos da pretensão deduzida e cria um risco de irreversibilidade da medida caso persista por um tempo além do razoável”, reconheceu o juiz, na nova decisão. O magistrado,

no entanto, ainda proíbe a divulgação do resultado final da avaliação.

“Essa decisão é, claramente, resultado da pressão acadêmica. Saiu na mídia toda”, afirma a professora Cláudia Rezende, do Instituto de Química da UFRJ, que renunciou à função de consultora da área na véspera da sentença judicial. A docente, porém, recebeu a notícia com cautela. “Não foi só a pauta da quadrienal que pedimos. E, além disso, não foi revertida totalmente a situação. Pode avaliar, mas não pode mostrar os resultados. O que isso significa?”, questiona. “A pressão tem que continuar. E cada vez mais forte”, completa.

Sobre a possibilidade de retomar a função, neste novo cenário, Cláudia diz que prefere não responder individualmente. “Foi uma decisão coletiva”. A docente informa que os integrantes da comissão da área conversam por grupo de mensagens, mas ainda não há nenhuma reunião formal marcada para avaliar a sentença judicial.

O professor Leandro de Paula, do Instituto de Física da UFRJ e um dos consultores signatários da carta de renúncia da área, acredita que a decisão do juiz “foi, no mínimo, influenciada fortemente” pelo protesto dos pesquisadores. Mas também não garantiu uma volta do grupo ao processo de avaliação. “É claro que conversamos entre nós, mas não tem nenhuma decisão, pois há vários pontos em aberto. Nem sei se a Capes quer que nós voltemos”, diz.



“Não foi só a pauta da quadrienal que pedimos. E, além disso, não foi revertida totalmente a situação. A pressão tem que continuar, e continuar cada vez mais forte”

CLÁUDIA REZENDE

Professora do Instituto de Química da UFRJ

As cartas de renúncia coletiva das áreas de Química, Física/Astronomia e de Matemática, Probabilidades e Estatística foram divulgadas em momentos diferentes. Mas, em linhas gerais, assinalam vários pontos comuns de discordância com a atual presidência da Capes. Todos ainda não atendidos. A demora da Capes para reverter a liminar de setembro — o que não ocorreu totalmente — era apenas um deles.

Lenta para agir pela revogação da liminar, a presidente da Capes, Cláudia Toledo, por outro lado, tem demonstrado pressão com o processo de abertura de novos cursos, incluindo a regulamentação do ensino a distância. A postura representa outro ponto de atrito com os pesquisadores.

“O EAD foi uma das razões da nossa demissão. Existia uma pressão para que a gente fizesse um documento, abrindo a pos-

sibilidade de ensino a distância para mestrado acadêmico profissional e doutorado acadêmico na área da Física”, explica o coordenador da área, o professor Fernando Lázaro, da PUC-Rio. A prioridade é formar físicos experimentais, pela necessidade de inovação no país. “Ter um curso a distância, sem laboratório, não tem o menor cabimento”.

Fernando vai além da avaliação para falar do clima de instabilidade da agência de fomento. “Existe o Plano Nacional de pós-graduação, que é decenal, para ser um programa de Estado, e não de governo. Valeu de 2011 a 2020. Em 2020, ele acabou e até hoje não houve nenhuma discussão a respeito”, diz. As mudanças no comando, segundo o docente, também não contribuem para o debate: em quatro anos, houve três presidentes da Capes.

César Niche, professor do Instituto de Matemática da UFRJ, fazia parte do grupo de consultores que renunciou na área. Ele também questiona a sentença: “Avaliação sem poder divulgar os resultados? Para quê? Decisão estranha”, diz. “E isso não impede que a instância superior reveja a decisão, se o MP recorrer”, completa. Ainda não havia reunião formal dos consultores e coordenadores para discutir o assunto.

“Pelo lado político, nada mudou: ensino a distância e novos cursos — sem completar a avaliação atual, que estabelece patamares de qualidade para o futuro — seguem sendo priori-

dade para a diretoria da Capes. E os mandatos dos atuais coordenadores seguem sem serem prorrogados”, critica, em referência à redução do tempo para realizar o trabalho de avaliação, devido à judicialização do processo.

César enfatiza que a educação a distância precisa ser bem discutida. E a Matemática tem experiência no tema, construída após anos de estudo. “É algo muito importante, mas não para ser decidida a toque de caixa. Na área da Matemática, temos o PROFMAT, um programa nacional de formação de professores do ensino médio, envolvendo várias universidades, parte presencial, parte a distância, que funciona bem”.

CAPES PUBLICA DIRETRIZES PARA CURSOS NOVOS

Na quarta-feira (19), ignorando boa parte da comunidade acadêmica, a Capes publicou as diretrizes e calendário para a apresentação de propostas de cursos novos. Documentos orientadores, nas modalidades presencial e a distância, serão divulgados até 20 de dezembro. Em nota divulgada dois dias antes, a agência informou que esta seria uma “atribuição estatutária” da presidência.

Até o fechamento desta edição, a assessoria do órgão não respondeu aos questionamentos da reportagem sobre a pressa da inclusão do ensino a distância nas propostas de cursos novos e sobre como pretende recompor as comissões das áreas em que houve renúncia coletiva.

“O DESCONTENTAMENTO CRESCER MUITO”, DIZ JANINE

O protesto dos pesquisadores das três áreas repercutiu na comunidade acadêmica. “Essa renúncia coletiva atesta a exaustão de muitos participantes com a demora da avaliação”, afirma o presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, professor Renato Janine Ribeiro. O ex-ministro da Educação observa que o atual processo já deveria ter ocorrido entre junho e julho. “Quando o Judiciário decretou a suspensão, ela já estava

atrasada. O descontentamento cresceu muito”. Janine, que já foi diretor de avaliação da Capes entre 2004 e 2008, não se recorda de outra renúncia coletiva na história da agência. “Creio que a situação é inédita”.

Para Flávia Calé, presidenta da Associação Nacional de Pós-Graduandos, a demissão reflete um cenário de desmonte da política educacional brasileira. “O tripé (financiamento, avaliação e PNP) que sustenta a

Capes está sob ataque, e isso tem gerado desânimo na comunidade científica”, afirma. Na última segunda (29), a ANPG se manifestou nas redes em defesa da pós-graduação, alegando que a renúncia é fruto de um “desgoverno”.

Calé, no entanto, ainda espera que todos os atuais coordenadores e consultores permaneçam até o fim da avaliação. E diz que o ideal seria a recondução aos postos daqueles que renunciaram. A

estudante entende que esse corpo docente tem papel importante dentro da agência. “São polos de resistência. Eles ajudam a reverter ou minimizar impactos de medidas negativas que possam ser tomadas”, argumenta.

Natália Trindade, diretora da Associação dos Pós-Graduandos da UFRJ, também vê na renúncia em massa um protesto contra a desregulamentação da Capes e do sistema de avaliação quadrienal. Trindade obser-



va que o impacto da crise atual não é imediato, mas alerta: “Ele virá lá na frente, quando acontecer a distribuição das bolsas”.

NA UFRJ, PRAZOS PARA DEFESA VOLTAM EM MARÇO

Enquanto o sistema de avaliação da Capes enfrenta graves turbulências, a pós-graduação da UFRJ se movimenta em direção

à normalidade possível durante a pandemia. No dia 29 de outubro, o Conselho de Ensino para Graduados (CEPG) aprovou uma reso-

lução para retomada dos prazos de defesa de dissertação ou tese — suspensos desde 14 de março do ano passado. O tempo volta a

ser contado exatamente um ano depois, a partir de 14 de março de 2022. A resolução nº 06/2021, disponível na página da pró-reitoria de

Pós-graduação e Pesquisa, está acompanhada de uma instrução normativa para aplicação da recontagem dos prazos.

Ebserh: Consuni aprova começo de negociação

> Decisão foi precedida de intensa discussão, iniciada no colegiado no dia 23 de novembro. Estudantes e técnicos voltaram a fazer manifestação presencial no salão nobre do Conselho Universitário

SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

O colegiado máximo da UFRJ aprovou por ampla maioria – 40 votos favoráveis, 13 contrários e 2 abstenções – a abertura de negociações com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) para gestão de seu Complexo Hospitalar. Na prática, a reitoria fica autorizada a discutir os termos de uma eventual adesão à estatal, que hoje gerencia 40 hospitais universitários de 32 instituições de ensino superior. A reunião aconteceu de forma remota nesta quinta-feira, dia 2 de dezembro.

O Movimento Barrar a Ebserh na UFRJ realizou nova manifestação no salão nobre do Conselho Universitário e voltou a exigir uma reunião presencial do colegiado, a exemplo do ocorrido no dia 23 de novembro, quando o tema foi pautado pela primeira vez no Consuni. Apesar do uso de máscaras, o distanciamento social necessário à prevenção da covid-19 não foi observado.

Outro desrespeito notado no início da sessão foi o acesso de pessoas não autorizadas na sala de teleconferência utilizando nomes de conselheiros que ainda não haviam acessado o espaço. A sala comportava até 75 pessoas. Os logins duplicados derrubariam a reunião virtual, que precisou ter seu início oficial atrasado enquanto a reitora Denise Pires de Carvalho solicitava que os participantes ligassem suas câmeras para identificar e derrubar os invasores.

Durante a sessão, Denise foi acusada pelas representações estudantis de ter mentido em sua campanha para as eleições da reitoria, em 2019. Na época, a professora afirmou que se empenharia para reerguer os hospitais da UFRJ e que as soluções, naquele momento, não passavam pela empresa. “Eu não menti. A Ebserh não estava em pauta em 2019 porque sequer tínhamos um hospital com infraestrutura que permitisse iniciar qualquer discussão naquela época. O passivo de abandono de gestões anteriores foi enorme”, defendeu-se a dirigente. Na ocasião, o Clementino Fraga Filho tinha apenas 176 lei-

COMO VOTARAM OS PROFESSORES*

	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	TOTAL
	40	3	1	44
	91%	7%	2%	100%

* Ao todo foram 40 votos favoráveis: 39 por envelope – proclamados pela reitoria – e um em separado, no chat da sessão, devido a problemas técnicos enfrentados por um dos conselheiros



“O medo de perder a autonomia, tão alardeado, não se confirmou na experiência vivenciada nas outras universidades”

NELSON BRAGA
Representante dos titulares do CCMN no Consuni



Esse debate, como está, nada resolve. Se nós autorizarmos, a universidade vai perder. Se negarmos, a universidade também vai perder”

IGOR ALVES PINTO
Representante da APG no Consuni

tos ativos. “Herdamos um hospital que não tinha perspectiva de se manter aberto não por conta de pessoal, mas de infraestrutura. Hoje temos um hospital com infraestrutura e sem pessoal”, justificou.

Ainda durante o expediente, a professora Mônica Pereira dos Santos, representante dos associados do CFCH, leu carta assinada por 230 professores contrários à abertura de negociações com a empresa. Os docentes argumentaram que a contratação da Ebserh foi abandonada pela universidade ainda em 2013 e que a empresa é “passível de desestatização”. “Os pareceres favoráveis não levam em conta a atualidade sobre o funcionamento da empresa e os riscos de sua contratualização”, diz trecho do documento.

OS PARECERES

A discussão foi subsidiada por cinco pareceres: quatro de pedidos de vista e um do relator da Comissão de Desenvolvimento, professor Walter Suetmitsu, favorável ao relatório do GT Ebserh (veja ao lado). Representante dos Titulares do CCMN, o professor Nelson Braga apresentou análise favorável à do relator. “O medo de perder a autonomia, tão alardeado, não se confirmou na experiência vivenciada nas outras universidades. Este medo nos deixou tão somente a liberdade de lamentarmos nossas perdas. Faz-se necessário agora reconhecer os erros do passado e buscar um melhor futuro para a UFRJ”.

Os outros três pareceres negavam a possibilidade de abertura de negociações com a empresa. Um deles foi do técnico-administrativo Francisco de Paula Araújo. No texto, ele acusou a reitoria de não realizar debates democráticos e destacou que não há garantias de aporte de recursos e concursos para pessoal com a contratação da empresa.

A estudante Júlia Vilhena foi autora do segundo parecer contrário. Embora tenha apresentado dados que explicitavam melhoria nos números dos hospitais geridos pela Ebserh, a estudante justificou que não se tratava de médias significativas. “Apesar dos resultados favoráveis em quadro de pessoal, leitos de unidade de terapia intensiva, taxa de ocupação e média de permanência, o teste de Mann-Whitney (método estatístico) mostrou que a variação de internações, consultas e exames, antes e depois da Ebserh, não foi estatisticamente significativa”.

O último parecer contrário foi do também estudante João Pedro Pimentel, que sugeria a execução judicial da decisão que indica a substituição de todos os extraquadros por servidores concursados. Ele enfatizou que o problema dos hospitais não é de gestão, mas orçamentário. “É preciso reconhecer o esforço que os responsáveis pela gestão dos hospitais têm empreendido para assegurar condições de funcionamento diante do dramático ajuste fiscal de que são vítimas os HUs”, afirmou.

A DISCUSSÃO

Pró-reitor de Planejamento e Finanças, o professor Eduardo Raupp contou ter sido o relator do processo de adesão da Universidade de Brasília à Ebserh, uma

das primeiras instituições a firmarem contrato com a empresa. “Temos mais em comum do que divergências. Estamos todos preocupados com nossos hospitais, estamos todos lutando para que nossos hospitais se reergam”, disse. “Não podemos ter ficado oito anos sem apresentar uma solução para os nossos hospitais. Quando assumimos a gestão na UFRJ, havia trabalhadores extraquadros que recebiam menos de um salário mínimo”, criticou.

Quem também se posicionou em defesa da abertura das negociações foi o diretor do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho. O professor Marcos Freire chamou atenção para a necessária defesa da população que precisa dos serviços públicos de saúde. “Eu não ouvi preocupação com os pacientes. Saindo os 850 contratados temporários, a gente volta à estaca zero”, afirmou. “O que precisa agora não é da assinatura de contrato, é da abertura de negociações. Precisamos discutir um contrato que seja bom para nós”, argumentou.

Igor Alves Pinto, representante da APG, criticou falas de ambos os lados que não apresentavam novos dados ou argumentos que pudessem convencer sobre a necessidade ou não da empresa. “Esse debate, como está, nada resolve. Se nós autorizarmos, a universidade vai perder. Se negarmos, a universidade também vai perder”. O conselheiro leu documento, formulado em conjunto com o técnico Roberto Gambine, com sugestões para a etapa de negociações. Dentre os encaminhamentos, estão: a realização de sessão extraordinária do Consuni com a presença de representação da Ebserh para apresentação de sua proposta de contratualização; que a empresa apresente metas de disponibilidade de créditos orçamentários de custeio, investimento e concursos por ano; que a universidade nomeie uma comissão paritária para definição dos limites da proposta de contratualização; e que, após o contrato, a Ouvidoria-Geral da UFRJ seja nomeada como instância de acolhimento das reclamações da comunidade universitária e de usuários dos hospitais.

de uma das joias da coroa da UFRJ é o seu conjunto de hospitais, mas, ano após ano, a administração central vê minguar os recursos para mantê-los ativos e servindo à sociedade. O Complexo Hospitalar reúne nove unidades de saúde. A maior delas é o Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, uma das referências do Brasil em alta complexidade. Atende, em média, mil pacientes em seus ambulatórios por dia, tem um dos mais disputados editais de residência médica do país – o último concurso contou com 3.500 inscritos – e tem atualmente 364 leitos: 220 regulares e 144 exclusivos para a covid-19. A gigante estrutura de 110 mil metros quadrados abriga problemas tão complexos quanto as enfermidades que se destina a tratar.



RELATÓRIO DEFENDE CONTRATAÇÃO DA EBSEH

O Conselho Universitário desta quinta-feira continuou a discussão com base no relatório produzido pelo grupo de trabalho nomeado pela reitoria para levantar a situação do Complexo Hospitalar da UFRJ e dos hospitais que aderiram à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). O documento, finalizado em agosto deste ano, conclui que falta orçamento e pessoal para as unidades de saúde da universidade e que a Ebserh foi capaz de melhorar as contas e sanar os problemas de recursos humanos nos hospitais de sua rede, ainda que com “algum atraso na reposição dos funcionários RJU”. A recomendação final do texto é de abertura imediata das negociações com a estatal.

De acordo com os dados reunidos pelo GT, o Complexo Hospitalar sofreu perda de 20% de sua mão de obra concursada entre os anos de 2009 e 2020. No mesmo período houve redução de 40% dos extraquadros. O estudo indica a necessidade de redimensionamento de pessoal em todo o Complexo Hospitalar, com a contratação de mais 811 pessoas para o HU e 1.899 para toda a rede de hospitais. Em 2020, o complexo reunia 924 profissionais extraquadros e 3.520 servidores efetivos. A maior parte deles lotada no Hospital Universitário Clementino Fraga Filho: 623 extraquadros e 2.027 efetivos.

Outro dado do relatório se refere a orçamento. Os recursos provenientes do SUS para o HU reduziram de R\$ 111,64 milhões, em 2011, para R\$ 49,61 milhões, em 2020. O encolhimento de mais de 40% é fruto do fechamento de leitos ao longo dos anos. Para se ter uma ideia, de 550 leitos ativos na década de 1990, o hospital passou a contar com apenas 200 até o ano passado. O número passou para 344 este ano com a abertura de leitos exclusivos para covid-19 e contratação de pessoal temporário para suprir a demanda da pandemia (veja na página 5).

Os números também mostram um encolhimento no número de residências na última década e queda no conceito do curso de Medicina do Fundão no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), de 5, até 2010, para 3, em 2019. (Silvana Sá)

Retrato em números do drama do Hospital Universitário

SILVANA SÁ E LUCAS ABREU
comunica@adufrrj.org.br

Uma das joias da coroa da UFRJ é o seu conjunto de hospitais, mas, ano após ano, a administração central vê minguar os recursos para mantê-los ativos e servindo à sociedade. O Complexo Hospitalar reúne nove unidades de saúde. A maior delas é o Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, uma das referências do Brasil em alta complexidade. Atende, em média, mil pacientes em seus ambulatórios por dia, tem um dos mais disputados editais de residência médica do país – o último concurso contou com 3.500 inscritos – e tem atualmente 364 leitos: 220 regulares e 144 exclusivos para a covid-19. A gigante estrutura de 110 mil metros quadrados abriga problemas tão complexos quanto as enfermidades que se destina a tratar.

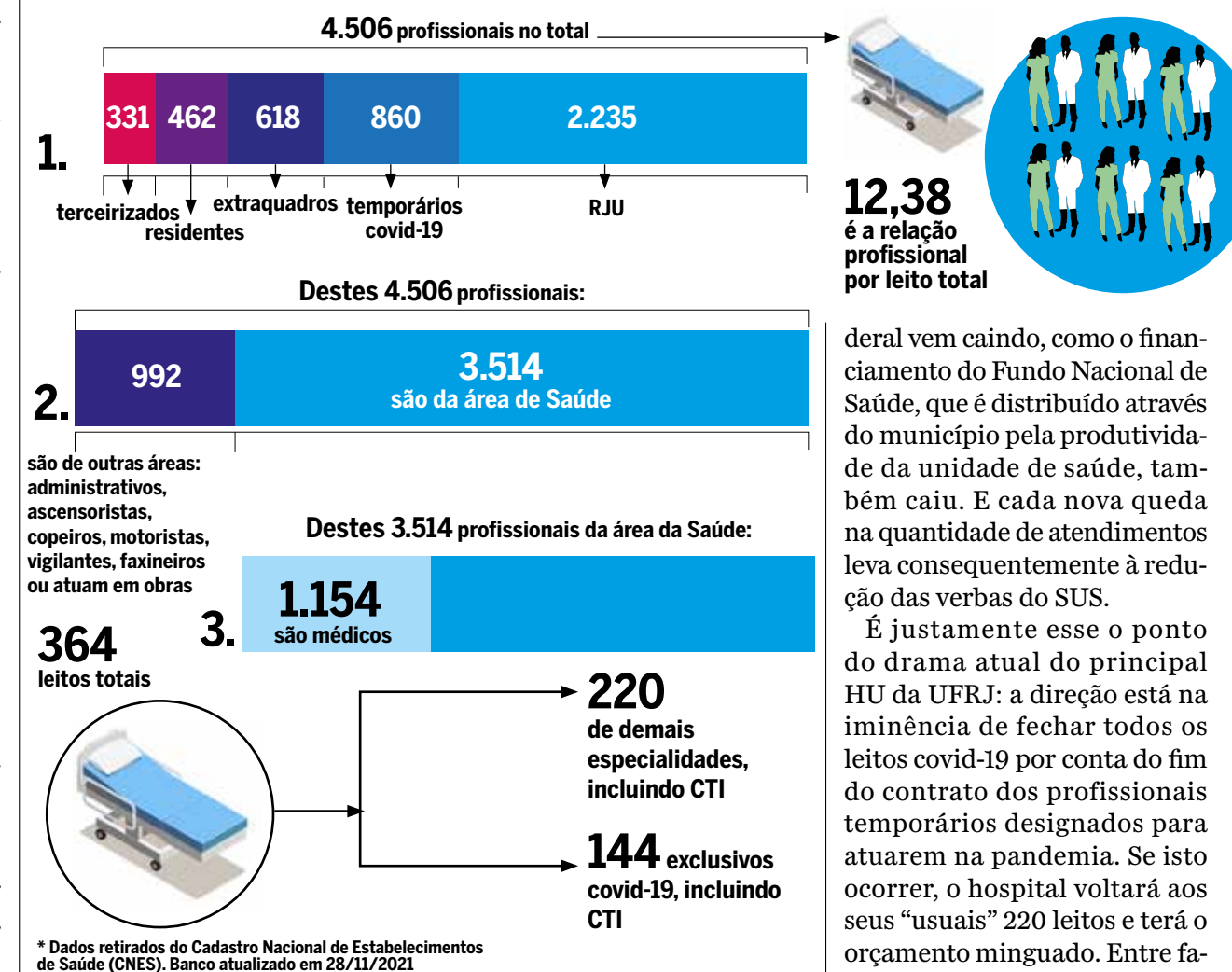
Questão considerada central é a gestão de pessoal. O hospital tem um quadro de servidores próprio envelhecido, com média de idade superior a 55 anos. “Muitos estão já em idade de aposentadoria ou próximos de se aposentar. São pessoas que não conseguem tirar um paciente da cama, dar banho,

fazer uma manobra, estão com dor nas costas, reumatismo e acabam sendo desviados para marcar consultas, pegar medicação”, revela uma das fontes ouvidas pela reportagem em condição de anonimato.

Para cobrir o “buraco” no atendimento e sem autorização da União para abrir concursos públicos, o hospital acaba por lançar mão dos trabalhadores extraquadros – profissionais sem vínculo formal com a instituição e sem direitos trabalhistas assegurados. Hoje, 618 pessoas atuam no HU como extraquadros. No Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) esses profissionais figuram como “vinculação informal”, contratados “verbalmente”.

Somado à idade avançada desse grupo de servidores, há outro problema: não há marcação de ponto no hospital e, com isso, há profissionais que se valem da situação para acumular trabalhos em outros locais, mas em horários em que deveriam atender pacientes no Clementino Fraga Filho. “A fila do SUS está enorme. Não é justo com a sociedade”, critica outra fonte da área da saúde. Pesquisa realizada pela reportagem encontrou, por exemplo, alguns médicos cuja carga horária de trabalho é de 60 ou de 40 horas semanais no hospital e que também atuam

RADIOGRAFIA DO HUCFF



em clínicas ou consultórios particulares em jornadas que variam de quatro a 40 horas semanais. Esses casos também acabam sendo cobertos por extraquadros e residentes.

O financiamento é a outra

ponta desse grande nó, que repercute na infraestrutura e no ensino, já que impede a manutenção e ampliação e leitos, reformas, investimentos e contratação de pessoas. Não só o financiamento do Governo Fe-

deral vem caindo, como o financiamento do Fundo Nacional de Saúde, que é distribuído através do município pela produtividade da unidade de saúde, também caiu. E cada nova queda na quantidade de atendimentos leva consequentemente à redução das verbas do SUS.

É justamente esse o ponto do drama atual do principal HU da UFRJ: a direção está na iminência de fechar todos os leitos covid-19 por conta do fim do contrato dos profissionais temporários designados para atuar na pandemia. Se isto ocorrer, o hospital voltará aos seus “usuais” 220 leitos e terá o orçamento minguado. Entre favoráveis e contrários à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), todos concordam em dois pontos: o hospital é importante para a universidade e para a sociedade e sem pessoal e orçamento, o hospital não tem condições de permanecer ativo.

ENTREVISTA | MÁRCIA ABRAHÃO, REITORA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA E 2ª VICE-PRESIDENTE DA ANDIFES

“A EBSEH ENTENDE QUE O NOSSO HOSPITAL É DE ENSINO”

SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

A Universidade de Brasília firmou contrato com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares há sete anos. O hospital da instituição vivia situação parecida com a das unidades de saúde da UFRJ, sobretudo o Clementino Fraga Filho: não havia autorização da União para abrir concursos públicos para substituição do grande número de extraquadros, profissionais contratados precariamente, e faltava dinheiro para obras.

■ Jornal da AdUFRJ – Qual é a atual situação do hospital?

● **Márcia Abrahão** – Conseguimos regularizar toda a parte de pessoal, que era um problema sério, já que tínhamos muitos profissionais sem vínculo formal. Houve melhora no financiamento do hospital e investimento em infraestrutura. Na pandemia, tivemos aporte de recursos financeiros para ampliação de leitos para o tratamento da covid-19, bem como apoio institucional para a realização de pesquisas sobre a doença.

■ Uma das preocupações dos críticos à empresa é sobre a ingerência das universidades sobre seus hospitais após o contrato. Como funciona esta relação?

● **Márcia Abrahão** – Temos uma boa relação estabelecida com a Ebserh. O hospital tem um conselho do qual eu faço parte e as unidades acadêmicas de ensino também têm assento. A superintendente da Ebserh na UnB foi escolhida por mim e é professora da Faculdade de Medicina. Eu não abro mão que o hospital seja da universidade, que as áreas de ensino, pesquisa, extensão e assistência estejam equilibradas. A Ebserh entende que o nosso hospital é de ensino. Obviamente, essa não é a melhor solução. O ideal seria que nós tivéssemos condição de contratar pessoas por nós mesmos, que tivéssemos orçamento, mas não temos. Então, contratamos uma empresa para administrar nosso hospital.

■ O que a senhora destaca como principais ganhos e principais problemas do hospital hoje?

● **Márcia Abrahão** – Internamente ainda há problemas, sobretudo porque há vínculos diferentes de trabalho, com regimes diferenciados de pessoas, muitas vezes, exercendo as mesmas funções. Então, isso é bastante complexo tanto para os servidores, quanto para os gestores. Eu acho que esse é o problema atualmente. Por outro lado, a infraestrutura melhorou muito. Inclusive há mais obras em andamento no momento. Eu realmente não teria condição financeira de efetuar as melhorias que aconteceram nos últimos anos.

■ Quais cuidados são necessários numa eventual assinatura de contrato?

● **Márcia Abrahão** – A reitoria não pode abrir mão de escolher

Hoje, com todo o quadro de pessoal regularizado, o Hospital Universitário de Brasília possui 2.897 profissionais, segundo o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, entre residentes, estatutários e celetistas, e 215 leitos. “Eu realmente não teria condição financeira de efetuar as melhorias em infraestrutura que aconteceram nos últimos anos”, acrescenta a reitora Márcia Abrahão. A professora, 2ª vice-presidente da Andifes (associação nacional de reitores), é uma das principais dirigentes universitárias de oposição ao governo Bolsonaro.



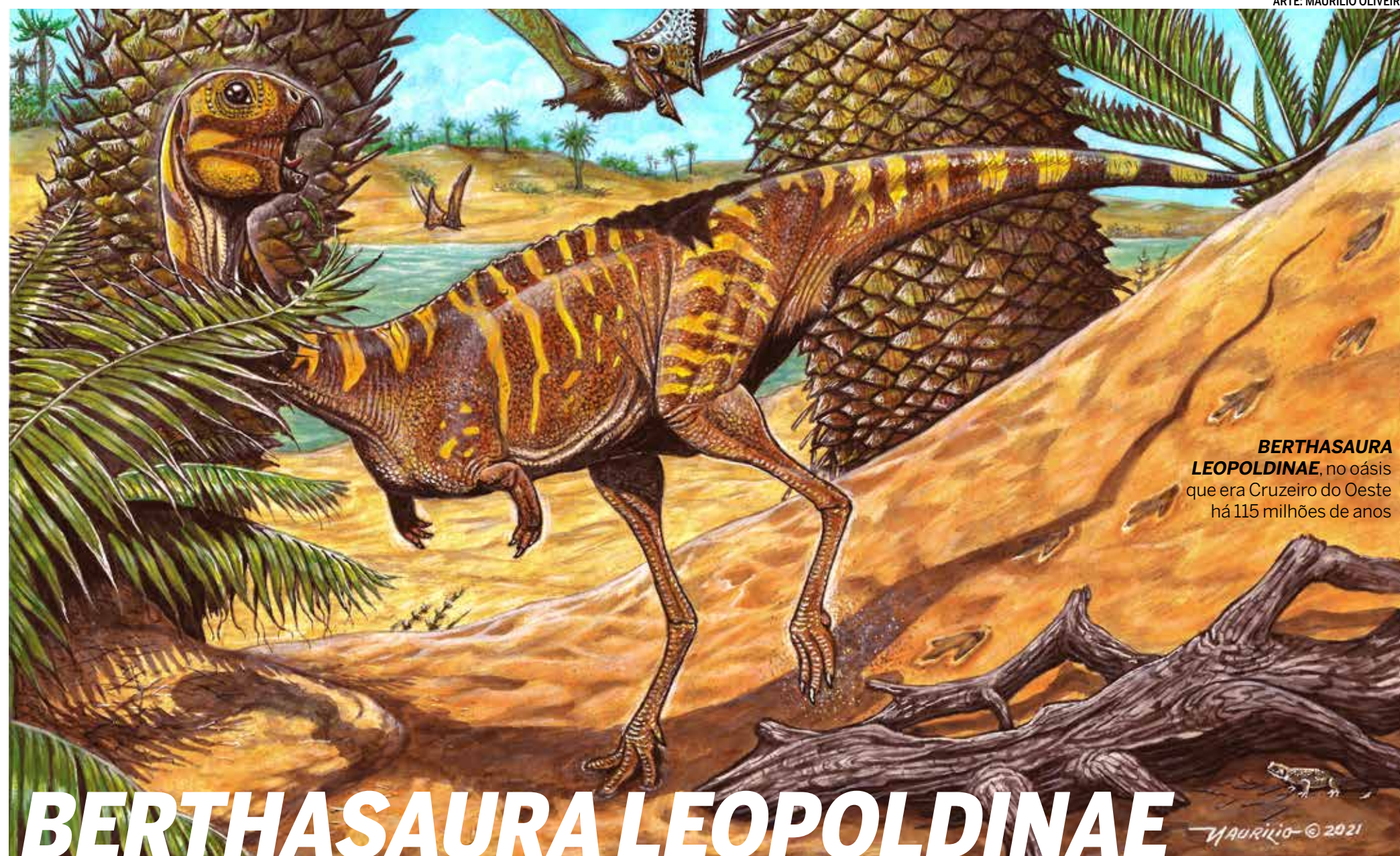
sua superintendência. Um cenário possível é a empresa não acatar a escolha feita pela reitoria. A estrutura da Ebserh permite esse cenário. Por isso, acredito que seja interessante ter essa condição expressa em contrato. Outro ponto é a questão do ensino. O hospital precisa continuar sendo um hospital-escola. Creio que essa garantia também possa ser firmada em contrato. São pontos inegociáveis para uma universidade.

Artigo

ALEXANDER W. A. KELLNER
Museu Nacional/UFRJ



ARTE: MAURILIO OLIVEIRA



BERTHASAURA LEOPOLDINAE, no oásis que era Cruzeiro do Oeste há 115 milhões de anos

BERTHASAURA LEOPOLDINAE

UM ENCONTRO ENTRE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, HISTÓRIA E CULTURA

A maior homenagem que um paleontólogo — pesquisador que estuda os registros da vida do passado geológico do planeta — pode fazer é dedicar o nome de uma espécie a uma pessoa ou instituição. Esse foi justamente o caso de *Berthasaura leopoldinae* — o mais novo dinossauro do Brasil. Foi um trabalho de equipe, liderado por um aluno do Programa de Pós-graduação em Zoologia do Museu Nacional/UFRJ e que incluiu pesquisadores do Centro de Paleontologia da Universidade do Contestado, da COPPE/UFRJ e do Museu.

Todo organismo no nosso planeta recebe o nome composto por gênero e espécie. O nome do gênero da nova descoberta é uma junção de Bertha, homenagem a Bertha Lutz, + *saurus*, que vem do grego e significa “lagarto” ou “réptil” e é comumente utilizado



Outro aspecto importante da descoberta, que, como vimos, reúne ciência, tecnologia, história e cultura, é o fato de que o fóssil e uma escultura em vida de *Berthasaura leopoldinae* serão brevemente expostos em um centro de visitação que o Museu irá abrir ainda no primeiro semestre do ano próximo

na denominação de répteis fósseis. Foi utilizada a conjugação feminina, já que se refere a uma mulher. E que mulher!

Bertha Maria Júlia Lutz (1894 - 1976) foi uma pessoa notável que estava bem à frente do seu tempo. Era bióloga e realizou inúmeras pesquisas com anfíbios no Museu Nacional antes mesmo dessa instituição ter sido incorporada à UFRJ (o que ocorreu em 1946). Ingressou na instituição em 1919 como secretária, a única função disponível na época para uma mulher no serviço público (!), sendo a segunda funcionária pública do nosso país — uma conquista e tanto para a época. Mas nunca atuou em secretaria e sempre realizou pesquisa. Ela se aposentou em 1964, tendo sido eleita Professora Emérita da UFRJ.

Formada em Sorbonne (França), Bertha Lutz viajou bastante ao longo de sua carreira, incluindo a participação em diversos congressos realizados nos Estados Unidos, fato não comum para aquele tempo. Nos anos 50, passou uma temporada na *British Museum* (hoje *Natural History Museum*) em Londres. Realizou diversas atividades de campo, sobretudo

no Sudeste e no Mato Grosso.

Não apenas na pesquisa essa personagem importante da ciência brasileira se destacou. Bertha Lutz foi a primeira mulher a se tornar deputada no Brasil, tendo sido candidata em 1934 quando ficou com a primeira suplência (que na época era dada ao candidato com maior número de votos entre os não eleitos). Tomou posse em 1936 (com a morte de um deputado) ficando nessa atividade até 1937, quando Getúlio Vargas fechou o Congresso Nacional. Feminista, foi uma das principais lideranças na luta pelos direitos políticos das mulheres brasileiras, reconhecida nacionalmente e internacionalmente. O nome dessa grande brasileira deveria ser mais destacado e difundido na nossa sociedade pelo seu exemplo.

O nome da espécie do novo dinossauro, *B. leopoldinae*, faz uma dupla homenagem. A primeira é para a Imperatriz brasileira Maria Leopoldina (1797-1826). A arquiduquesa austríaca pertencente a uma das mais poderosas dinastias europeias da época (Habsburgo-Lorena), veio ao Brasil como esposa de D. Pedro, que viria a ser primeiro imperador do

país. Grande entusiasta das ciências naturais, a futura imperatriz trouxe em sua comitiva vários naturalistas e artistas europeus, que percorreram e documentaram a história natural do Brasil Colônia. Ela mesma se interessava pelo estudo de minerais e fez coletas importantes de plantas que ainda estão guardadas no Museu Nacional. Foi graças à sua atividade, e posteriormente a do seu filho, D. Pedro II, e de sua esposa, a Imperatriz Tereza Cristina, que o palácio de São Cristóvão sempre foi um templo das ciências naturais e antropológicas no nosso país!

Porém, não apenas a ciência destaca D. Maria Leopoldina! Fato que muitos desconhecem é que foi pelas mãos da futura imperatriz que passaram os documentos enviados ao jovem D. Pedro no dia 02 de setembro de 1822, culminando com a declaração da independência do Brasil alguns dias mais tarde. Na proximidade do bicentenário dessa data tão importante, temos a oportunidade de promover um resgate histórico dessa mulher maravilhosa que era austríaca de berço, mas em cujo peito batia um generoso coração brasileiro! Na sua morte, o Brasil chorou a perda de sua primeira imperatriz, conhecida como a “mãe dos brasileiros”, que sofreu muito durante a vida, mas nunca se esquivou em ajudar com a sua bondade o povo brasileiro, tendo especial atenção para com os mais desafortunados, incluindo os escravizados. Um exemplo de abnegação que muitos poderiam seguir!

Por último, mas não menos importante, *leopoldinae* é uma justa homenagem à escola de samba Imperatriz Leopoldinense, que honrou o Museu Nacional/UFRJ com o tema do seu desfile na Marquês de Sapucaí em 2018 — *Uma Noite Real, no Museu Nacional!* A sensibilidade do carnavalesco Cahê Rodrigues na forma de retratar o Museu na avenida ainda emociona todos que se lembram daquele 13 de fevereiro de 2018. Era o ano do bicentenário da instituição, que é o primeiro museu do país e também a primeira instituição científica do país.

Naturalmente, a importância da descoberta desse novo dinossauro transcende as homenagens. *Berthasaura leopoldinae* representa um terópode (*Theropoda*) — grupo de dinossauros carnívoros ao qual pertence o *T. rex*. Mais especificamente, a nova espécie é um abelissauróide (do clado *Noosauridae*), que eram formas de animais no topo da cadeia alimentar encontradas no supercontinente Gondwana (que reunia as massas continentais da América do Sul, África, Austrália, Índia e Antártica). Sendo o dino mais completo do cretáceo brasileiro, com crânio, mandíbula, coluna vertebral, cintura peitoral e pélvica, braços e pernas (faltando os pés), era uma espécie com perto de um metro de comprimento. O mais interessante: desprovido de dentes! Porém, para se ter a certeza de que se tratava do primeiro dinossauro edêntulo da América do Sul, tivemos que lançar mão de uma tecnologia que cada vez mais tem sido utilizada na pesquisa dos fósseis: a tomografia computadorizada. Pesquisadores do Laboratório de Instrumentação Nuclear (LIN) da Coppe/UFRJ usaram o microtomógrafo para realizar as imagens que confirmaram a descoberta. Tecnologia de ponta utilizada na pesquisa de fósseis.

Outro aspecto importante da descoberta, que, como vimos, reúne ciência, tecnologia, história e cultura, é o fato de que o fóssil e uma escultura em vida de *Berthasaura leopoldinae* serão brevemente expostos em um centro de visitação que o Museu irá abrir ainda no primeiro semestre do ano próximo. Uma belíssima área de 44 mil m² ao lado do parque da Quinta da Boa Vista. Obrigado, Instituto Cultural Vale, por prometer a doação de



R\$ 500 mil necessários para tornar esse sonho da instituição possível: voltar a receber as crianças das escolas que se encontram órfãs de Museu Nacional!

A descoberta e todo o desenrolar da pesquisa associada ao novo dinossauro mostrou mais uma vez que a nossa UFRJ continua gerando pesquisa de alta qualidade! Também cabe destaque como a colaboração entre diferentes setores da universidade pode funcionar superbem, produzindo resultados importantes. Sem contar com a gratidão que o Museu tem com os seus parceiros externos, como o CENPALEO, que com a sua generosidade tem acolhido pesquisadores e alunos, muitos dos quais estão desenvolvendo suas dissertações de mestrado e teses de doutorado com exemplares daquela instituição.

Infelizmente, nem tudo são flores... Como mencionado, *Berthasaura leopoldinae* terá a sua “casa” no centro de visitação, juntamente com os novos exemplares que temos recebido no esforço de recomposição das coleções (mais informações no site recompoe.mn.ufrj.br). O mesmo não ocorre com os profissionais do Museu. Passados mais de três anos da tragédia de 2 de setembro de 2018, uma grande parte dos servidores sofre por não ter local adequado para realizar seu trabalho. Dois anos após a verba assegurada pela ação determinante da Direção do Museu para a construção de seis módulos emergenciais ter sido liberada, ainda estamos longe de alcançar essa meta. Desculpas e mais desculpas pelos que deveriam ajudar os seus colegas de instituição — nem mesmo o processo licitatório foi feito! Sem contar com o fato de agora sermos “brindados” pelos que estão coordenando esse projeto com a redução para três módulos apenas... Infelizmente, alguns colegas da nossa universidade não estão fazendo a sua parte na reconstrução da área acadêmica da instituição, tão importante para a sua sobrevivência. Mas isso será objeto de um novo artigo em futuro próximo e é algo que irá mudar na próxima gestão do Museu Nacional/UFRJ.

Por hoje, vamos ficar contentes com essa belíssima e justa homena-

COLETA em Cruzeiro do Oeste (2013)



FÓSSIL DO DINOSSAURO, que será exibido no Centro de Visitação do Museu Nacional/UFRJ

gem que mistura de forma singular ciência, tecnologia, história e cultura! A pesquisa foi desenvolvida por Geovane A. de Souza, Marina B. Soares, Luiz C. Weinschütz, Everton Wilner, Ricardo T. Lopes, Olga M. O. de Araújo e por mim. O artigo pode ser obtido no site da *Scientific Reports* (www.nature.com/articles/

s41598-021-01312-4). Informações sobre várias descobertas de fósseis no Brasil e no mundo podem ser obtidas na coluna Caçadores de Fósseis (https://cienciahoje.org.br/artigo_categoria/caçadores-de-fósseis/), um projeto do Instituto Ciência Hoje que em breve completará duas décadas.

Feliz 2022 para todos e que melhores dias venham brindar a ciência, a cultura e as universidades brasileiras!



ESCULTURA DE *Berthasaura leopoldinae*, mostrando o crânio. Obra de Maurilio Oliveira

ESCULTURA: MAURILIO OLIVEIRA

Artigo

JOSUÉ MEDEIROS

Cientista político e ex-diretor da AdUFRJ



“AS BOAS E MÁS NOTÍCIAS QUE VÊM DO CHILE”

Primero, a boa notícia. A extrema direita vai perder as eleições presidenciais em 19 de dezembro de 2021. O deputado federal de centro-esquerda Gabriel Boric, de apenas 35 anos, será eleito e derrotará o radical de direita José Antonio Kast.

A má notícia é que a extrema direita chilena veio para ficar. Kast conquistou quase dois milhões de votos no 1º turno, ocorrido em 21 de novembro, o que o projeta como uma liderança inconteste. Além disso, seu patamar de 27% indica que há base social para um movimento político enraizado com base na defesa do autoritarismo, da violência e de um nacionalismo xenofóbico.

Não é fácil entender esse cenário tão bifurcado e ainda em aberto, mas é possível organizar as coordenadas para acompanhar o que se passa no Chile.

O ESTALLIDO SOCIAL DE 2019

Em outubro de 2019, o Chile foi sacudido por um terremoto diferente dos abalos sísmicos que aquele país está acostumado a enfrentar. Milhões de pessoas foram às ruas em todo o país até março de 2020 e só saíram por causa da pandemia da covid-19. O estopim foi o aumento da passagem do trem em Santiago. A violência policial na repressão aos manifestantes foi a gasolina que incendiou ainda mais a fogueira da revolta social. Foram centenas de mortos e milhares de ativistas feridos e detidos.

Os “carabineiros” cometeram inúmeras violações de direitos humanos contra a população e escancararam os limites da democracia chilena, até hoje organizada sob a égide da Constituição de 1980, elaborada pelo ditador Augusto Pinochet. Suas marcas principais são a ausência de direitos sociais — o regime autoritário pinochetista foi o primeiro laboratório neoliberal no mundo — e a existência de amarras institucionais que impedem mudanças constitucionais.

O *estallido social* foi o momento em que a sociedade chilena disse basta para essa Constituição. A questão é o que fazer depois disso.

O *estallido social* se caracterizou pela ausência de lideranças constituídas. Uma nova geração política que já ocupava as ruas desde 2006 com a Revolta dos Pinguins e que, desde então, ten-



Outra questão decisiva é o comparecimento eleitoral no Chile. Todo o processo constituinte foi marcado pela baixa participação, sempre menor que 50% do eleitorado

Um terço do eleitorado chileno que foi às urnas disse não ao sistema político e não à Constituinte.

tava renovar o sistema político, buscou representar o movimento.

O contexto era de profunda crítica ao sistema político existente, no qual a esquerda se organizou em uma coalizão chamada *Concertación* e governou o país de 1990 a 2010, quando o atual presidente, Sebastián Piñera, venceu as eleições e a direita democrática chilena conquistou seu primeiro mandato. De 2010 a 2019, houve uma alternância de poder entre Piñera e Michelle Bachelet, que primeiro governou de 2006 a 2010, ainda pela *Concertación* e depois voltou ao poder, de 2014 a 2018, já pela coalizão *Nueva Mayoría*. Em 2018, Piñera triunfa novamente. Todo o arranjo democrático chileno surgido em 1990 já estava em crise desde 2014 e ruiu em definitivo com o *estallido social*.

A renovação se deu por duas vias e a primeira foi a Constituinte.

A CONSTITUINTE CHILENA

A força da renovação não se voltava apenas para o sistema político, mas alcançava todo o aparato legal e institucional chileno. O acordo pactuado entre as lideranças das mobilizações e o sistema político foi a realização de um referendo em abril de 2020, que foi adiado pela pandemia e ocorreu em 25 de outubro.

Setenta e oito por cento dos votantes aprovaram a Constituinte. A segunda etapa foi a eleição dos parlamentares, marcada para abril de 2021 e realizada em 15 e 16 de maio. O resultado foi amplamente favorável à renovação, com 100 constituintes somando esquerda e

independentes e 17 representantes dos povos indígenas contra 38 legisladores da direita.

Finalmente, em 4 de julho, a Assembleia Constituinte foi instalada com a eleição de Elisa Loncón, uma parlamentar mapuche (povo indígena da região centro-sul chilena, bastante perseguido pela Ditadura de Pinochet e que, por diversas vezes, entrou em conflitos com as instituições democráticas do Chile, acusando-as de violar seu território e ameaçar sua sobrevivência).

Já a segunda via da renovação democrática chilena se manifestou nas eleições presidenciais de 2021.

AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS E O FUTURO

Em paralelo ao processo constituinte, o sistema político tradicional seguiu governando, com Piñera presidente e um Congresso Nacional já em processo de renovação pelo surgimento de novas forças, tais como a *Frente Amplio* de Boric, à esquerda, e o próprio Kast, à direita. Piñera, na verdade, virou um presidente zumbi, apenas administrando o quadro pandêmico e buscando se manter no poder diante de um processo de impeachment.

Outra questão decisiva é o comparecimento eleitoral no Chile. Todo o processo constituinte foi marcado pela baixa participação, sempre menor que 50% do eleitorado. Isso limita a energia Constituinte e permite que o sistema político siga organizando os pilares institucionais chilenos, ainda que sua legitimidade seja baixa.

Tal ambiguidade se manifestou nas eleições presidenciais. Se, por um lado, o rechaço ao sistema político presente na Constituinte se manifestou no resultado, com duas novas lideranças alcançando o segundo turno, por outro é inquestionável que Kast significa uma recusa das energias que a Assembleia Constituinte representa. Ou seja, um terço do eleitorado chileno que foi às urnas disse não ao sistema político e não à Constituinte.

Em resumo: uma vitória de Kast nas eleições seria a morte da Constituinte e um prenúncio de novas explosões sociais. Com Boric presidente, o mais provável é que exista uma convergência do novo mandatário com o parlamento constituinte, o que pode permitir um desfecho positivo para a democracia chilena. O desafio, nesse caso, será derrotar o movimento de extrema direita que seguirá vivo no país, mesmo com a derrota eleitoral.